

41

Maio, Junho, Julho e Agosto de 2019

Jornal

Psicologia em Foco[©]



Há lugar para
o íntimo na
Saúde Mental?

10 e 11 sessão especial

Sartre e o golpe de 64:
o Brasil entre os
interesses da burguesia

8 conexões

Corpo brasileiro:
pensamento
colonial

14 social

EDITORIAL

COORDENAÇÃO
Lauren Stephani Soares de Carvalho.

REDAÇÃO
Alison Maciel Cezar, Ana Gabriela Monteschio (CRP 08/28602), Caroline Lopes Bolsoni, Eduardo Chierrito (CRP 08/22624), Emily Albuquerque (CRP 08/24208), Francieli Ferri, Gabriel Arndt, Gabriela Cristófoli Pereira (CRP 08/26144), Igor Henrique Sabotto Novais, João Henrique Piva Boeira, Joed Jacinto Ryal, Lauren Stephani Soares de Carvalho, Letícia Cabral Gonçalves Lopes, Lucas Franco, Luciano Biondi, Marcos Paulo Shiozaki (CRP 08/23463), Mariana Schemberger Bardi, Mirian Noemí Machado de Souza (CRP 08/23267), Regina Franco Fontana Tuller, Toni Trentinalha (CRP 08/26248), Vinícius Romagnolli R. Gomes (CRP 08/16521).

REVISÃO
Eduardo Chierrito (CRP 08/22624), Gabriela Cristófoli Pereira (CRP 08/26144), Gregório Rodrigues Balielo, João Henrique Piva Boeira, Letícia Cabral Gonçalves Lopes, Luciano Biondi, Mariana Schemberger Bardi, Suelen Albuquerque (MTb 8792/PR).

DIAGRAMAÇÃO
Pamella Arruda Ringwald.

ARTE DE CAPA
Kênia Bergo.

DIVULGAÇÃO
Ana Gabriela Monteschio (CRP 08/28602), Francieli Ferri, Lauren Stephani Soares de Carvalho, Lucas Franco.

IMPRESSÃO
Gráfica O Diário.

TIRAGEM
1000 exemplares.

Política de uso: a reprodução de textos e imagens é livre mediante a citação do Jornal Psicologia em Foco e do(a) autor(a).

ENTRE NO NOSSO FACEBOOK PARA ACESSAR CONTEÚDOS EXCLUSIVOS
facebook.com/psicologiaemfocoinstituto

PUBLIQUE SEU TEXTO
Envie um e-mail para
ipfocinadosaber@gmail.com

Não se esqueça de alinhar o conteúdo com o eixo temático e seguir as instruções em nosso site:
institutopsicologiaemfoco.com.br



Francieli Cristina S. Ferri
Acadêmica do 5º ano de Psicologia da Unicesumar e membro do Instituto Psicologia em Foco.

Sujeitos em construção...

Caro leitor(a),
É sabido que as questões de identidade vão além da identidade genérica, essa que diferencia-se com base em características particulares como: sou João da Silva, nascido em 1990, filho de Maria e Pedro. Assim, para conhecer a identidade do sujeito, é necessário compreender sua história, seus desejos, suas lutas e tudo aquilo que de alguma forma torna-os seres únicos. Os Joãos, filhos de Marias e Pedros, não são os mesmos Joãos, eles se constituem através do tempo e de suas vivências, eles se transformam e reconstroem-se. A nossa história, os acontecimentos individuais e sociais fazem parte da constituição do sujeito, ela é compartilhada, mas interpretada e sentida conforme a sua individualidade. Dessa forma, lembro-me do ponto elencado por Ciampa para compreender a identidade humana: “ela é a articulação da diferença e da igualdade”.

Nota-se que esse movimento de identidade transpassa a igualdade e evidencia as diferenças. Por meio das igualdades somos uma sociedade, por meio das diferenças somos uma humanidade. Questão

profunda e íntima para se analisar. Mas então, eu me pergunto: se me construo a partir daquilo que vivo, a partir da minha história entrelaçada com a sociedade, por que, às vezes, sinto-me como se não houvesse algo particularmente meu ou me encontro em um misto de ambivalência e indecisões perante aquilo que seria eu mesmo? Complexo, não? Mas interessante de se pensar... As estruturas sociais, as histórias individuais, as conquistas e lutas de classes, fazem parte de nossa história, nos constroem como sujeitos. Assim, os direitos, as lutas por reconhecimento e respeito, também nos impelem a conquistar a nossa identidade. Conhecê-la, analisá-la e estudá-la nos proporciona pertencimento, reconhecimento, valorização e, o principal, a não segregação. Precisamos reconhecer a nossa história social, reconhecer onde passamos, para que possamos trilhar novos caminhos. Espero que no decorrer dessas páginas vocês encontrem as inquietações de um sujeito desejante, de sabor, de pertencimento. Pois, afinal, não nos constituímos sozinhos.



Conheça a equipe do JPF

Leia as edições do nosso jornal também online:
institutopsicologiaemfoco.com.br

CAPA

> Artista



Kênia Bergo

Kênia Bergo é atriz, *performer* e artista visual na cidade de Maringá/PR. Seus trabalhos artísticos, sempre referenciados no universo da mulher, mergulham em águas profundas de sentimentos e paixões, que surgem da necessidade urgente de expressar-se e rasgar-se, compartilhando com o mundo o mar das angústias. Essas obras vêm ao mundo num grito muito íntimo de si. Corriqueiramente surgem acompanhadas de escritos e poemas da artista, numa busca do que não é possível ser tocado ou compreendido por outros, por habitar fronteiras internas que nem mesmo nós podemos alcançar. As obras são pedidos de socorro que moram dentro da artista, e, talvez, dentro de outras mulheres também.



JORNAL PSICOLOGIA EM FOCO

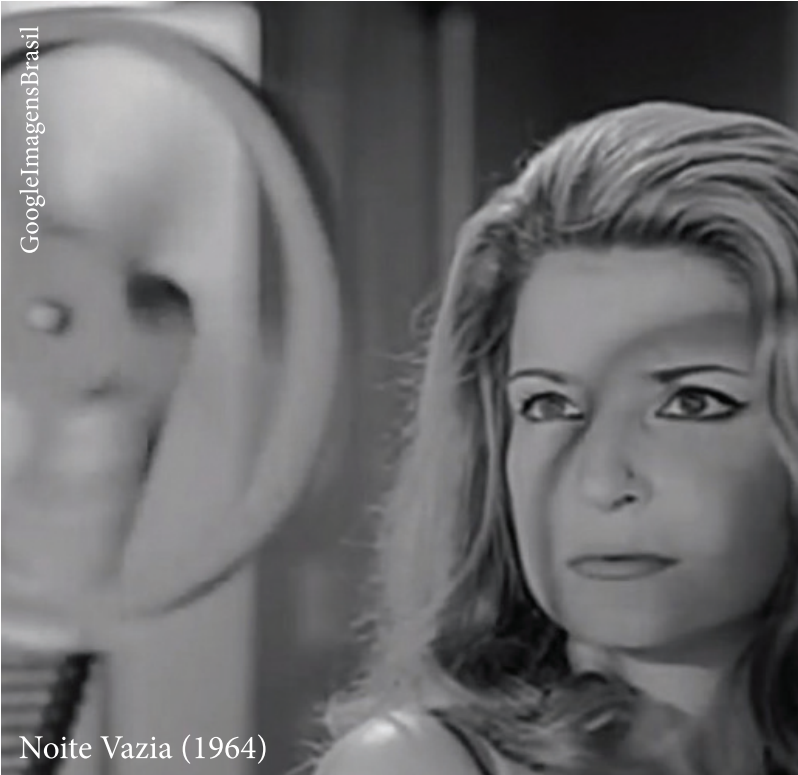
Promovemos experiências transformadoras para que a comunidade (acadêmica e não acadêmica) possa ter acesso à psicologia de uma maneira inovadora.

CINEMA

Noite Vazia, ou tânatos não enfrenta divãs

Décadas atrás, São Paulo era sisuda. Muito antes dos bloquinhos de Carnaval, das grandes avenidas abertas para o lazer. O vento da noite acariciava passos a esmo de pés viandantes. O outono era chuvoso e, quando não, no mínimo, descarregava uma cortina de garoa fria e amiga para lustrar olhos embotados de cimento e lágrimas. A poesia era concreta.

Há 55 anos, estreava nos cinemas da capital paulista Noite Vazia, filme de Walter Hugo Khouri (1929-2003), libelo da vida paulistana burguesa, em que quanto mais obscura a pulsão e quanto menos apreço por si e pelo outro, melhor alocado estava o ser na dinâmica de uma metrópole carrancuda e cruel, que – mesmo hoje – mobiliza e seduz os piores vícios de um alguém, quem quer que seja. Em 1964, Walter Hugo Khouri tinha 35 anos, cinco filmes no currículo, um sexto em vias de vir a lume, um sucesso de bilheteria recente, “A Ilha” (1963) e muita expectativa em torno de si, já consagrado também pela crítica.



Noite Vazia (1964)

O cineasta, que já havia estudado Filosofia na USP, mas desistira da vida acadêmica para se dedicar à reflexão por meio de seus filmes, introduziu nas telas nacionais o que se poderia chamar “psicanálise fílmica”, que consistia de uma afronta moral aos mais esclarecidos e de uma pornografia dos médios e burgueses frente aos menos providos, os mesmos para quem o Cinema Novo, antítese estética e discursiva da cinematografia paulista, pretendia falar. E, seja como for, a verdade é que Noite Vazia constitui não só uma autópsia precisa da contraditória existência na metrópole, que pende incansável entre o coletivo e o mais profundo individual, mas também um retrato árido – como reflete certo aspecto da fotografia do filme – de cada elemento que erra na penumbra do concreto armado.

No enredo de Walter Hugo Khouri, Luís (Mário Benvenutti) é o arquétipo de uma elite paulista falida, que não pode perder o status. Olhando sempre de cima para baixo, o personagem tem o hábito de menosprezar tudo, em nome de suas vontades imperiosas e da satisfação exclusiva de seus desejos. Nelson (Gabriele Tinti), a imagem do paulistano médio, solitário e deprimido, que se deixa levar pelo vácuo da miséria psíquica e pela “amizade” com Luís, partilhada no hedonismo sexual. Por contragosto de Nelson e compulsão de Luís, vagam por mais uma noite cosmopolita em busca de qualquer coisa diferente, embora ambos se mostrem enfatiados da rotina predadora. Sobre tudo Nelson, que revela, logo no início do filme, com verbalizações veladas e olhares mais que legíveis, um profundo



Donny Correia
Crítico de arte e cinema, é mestre e doutor em Estética e História da Arte pela USP. Autor de, entre outros, Cinefilia crônica – comentários sobre o filme de invenção (2018).

desgosto para com absolutamente tudo que não seja a inconsciência. Seja como for, vagam pela noite até toparem, fortuitamente, com duas prostitutas de luxo, Mara (Norma Bengell) e Regina (Odete Lara). Após algum jogo de sedução previsível, concordam em passar a noite numa garçoniere, supostamente de propriedade de Luís – ao longo do filme, desconfiamos que o apartamento não pertence ao personagem, mas ele assim o faz parecer para reforçar a virilidade simbólica e ocultar o evidente vexame moral na carência da posse. O que poderia ser o enredo de um voluptuoso encontro, coroado com as mais sequiosas fantasias levadas a termo por fêmeas desimpedidas e vorazes, donas de si, numa época em que machismo era mera formalidade, torna-se uma arena em que o ego é o mais irascível dos touros, e as marionetes humanas são as presas rendidas, submissas, causadoras e dependentes da dor pela alteridade torta que já se estabeleceu desde o início. Luís trata a ocasião com um automatismo preciso que cabe ao “homem da multidão”, sobre o qual dissertou Walter Benjamin. Para ele, resolve-se tudo com algumas cédulas. Transar é uma questão de preço, qualidade do produto e, sobretudo, silêncio. Ninguém quer saber sobre as agruras da vida de prostituição, ainda mais em vias de um ato sexual muito bem negociado... Regina, uma caixa-preta tão impenetrável quanto seus oponentes, interessa-se somente pela paga de seu trabalho, posto que ninguém irá zelar pelo seu bem-estar que não ela mesma, como a própria deixa claro pouco antes da diversão começar. Nelson, sempre absorto, é indiferente. Embora falhe no desempenho contra a imponência da meretriz, que se considera difícil demais para os homens, entenece e desperta a afeição de Mara, que por sua vez tem de satisfazer o instinto de Luís, enquanto preferia passar a noite com o amigo depressivo e existencialista dele. Nada se encaixa neste balé manco. Enquanto transcorrem as horas, a chuva, as

CINEMA

rusgas e os turnos sexuais, algo se desvela ao espectador. O mundo zomba de cada um que está por si e Deus parece estar contra todos. Numa cena reveladora, após Mara finalmente realizar seu desejo terno de estar com o homem que despertou seu afeto, Luís, após mais uma flagelada com Regina, senta só na sala de estar. Intercala sua atenção entre dois corpos emborcados pela empatia, algumas revistas de variedades sob a mesa de centro e o sol, que anuncia o fim de mais uma tourada e o começo de outro dia de vazio. Luís é o próprio reflexo de Tânatos. Lê artigos sobre a Corrida Espacial, vê seu coadjuvante amigo roubar a atenção de uma prostituta. Entrevemos, inclusive, uma certa atração velada pelo outro, como se a química entre Nelson e Mara transcendesse a inveja e se tornasse ciúme. Enfim, reconhece-

CONEXÕES

O temor da libertação de Eros

Em 1946, quando Albert Camus pisa na Big Apple, inalando o aroma de ferro e cimento, atento e curioso com todas as promessas da sociedade estadunidense, exclama: “Uma das formas de conhecer um país é saber como se morre nele”. Nos EUA, para o autor, a morte já é determinada: “*You die and we do the rest*” (Você morre e nós fazemos o resto), dizem os anúncios publicitários. Cemitérios são propriedades privadas e existe uma logística elaborada englobando transporte, velório e sepultamento. Mas para além de toda a logística, como estamos entendendo este fenômeno na contemporaneidade? Será que a peste de um capitalismo neoliberal realmente está se estendendo por nosso território? Queira me desculpar, no entanto, pelo uso do termo “peste” neste escrito para além da empregação original na obra camusiana, mas a analogia entre a pestilência de tanta repressão e os ratos, aparentou-me apropriada. Herbert Marcuse (1898-1979), filósofo da

se pequeno, pobre em seu cerne, miserável e anônimo. Mas este Tânatos se recusa a uma análise de si. Ao invés disso, prefere desfazer a mise-en-scène à força, interromper as metáforas de um coito maldito e se evadir daquele imenso espelho moral. O pesadelo termina com duas prostitutas entregues de volta ao apartamento que dividem. Regina, com mais uma jornada de labor devidamente cumprido. Mara, imersa num devaneio romântico fruto do acaso. Sabe que não mais verá o homem por quem foi apaixonada por somente algumas horas. Na outra ponta, Nelson terá de emendar a noite com a próxima jornada de trabalho, não sem antes ter de prometer fidelidade à próxima noite devidamente orquestrada por Luís, um insaciável compulsivo. Para ele, o



João Henrique Piva Boeira
Graduado em Design, acadêmico de Psicologia e Diretor de Conteúdo do Instituto Psicologia em Foco.

escola de Frankfurt, influenciado pelo contato com Heidegger, e acreditando que a retomada marxista da obra de Hegel seria sua única via para dar direções opostas à realidade trágica da II Grande Guerra, viu na obra de Freud a única possibilidade de dar novos direcionamentos diante do avanço capitalista e toda a degeneração da revolução russa. Embora os seus estudos viriam melhor se organizar em sua obra “O Homem Unidimensional”, de 1964, foi em 1955, com “Eros e Civilização” que elabora uma de suas mais proeminentes críticas: a de que a luta que deve ocorrer não é mais tanto pela classe operária, mas pelas forças de vida. Em sua obra, Marcuse articula sobre todo o caráter repressivo da cultura que Freud nos apresenta em “O Mal-Estar na Civilização” (1930). De forma sintetizada, Freud denuncia os conflitos psíquicos que surgem à medida que a cultura busca separar o real do ideal, ou fracionar a realidade desmembrando as pulsões

conforme as regras de uma sociedade. Marcuse no entanto, traz um caráter revolucionário ao assunto e afirma que em uma sociedade capitalista industrializada, é importante que exista uma “mais repressão”. Devido ao próprio caráter piramidal da nossa estrutura social, para que a dominação social ocorra, é necessário instaurar controles adicionais sobre as pulsões humanas. A adaptação ocorre pelo o que é chamado pelo autor de princípio de desempenho: uma adequação às estratificações econômicas em prol da remediação da satisfação da libido. Uma das formas de compreendermos como o homem se adequa a toda essa degradação e lida com a morte é lançando um olhar sobre o livro “O Mito de Sísifo”, de Camus. Publicado durante a Segunda Grande Guerra, Camus constrói um paralelo entre a sina de Sísifo com a impossibilidade do homem compreender o absurdo de sua realidade. No mito grego, o herói é destinado a empurrar por toda eternidade

CONEXÕES

uma pedra até o topo de uma montanha, para que sempre voltasse a rolar de volta ao cume. É no momento que a pedra rolaria para baixo, que é dito existir uma possibilidade para Sísifo refletir e simbolizar o seu labor.

O filósofo se prende nesta ideia na tentativa de invalidar a possibilidade de um suicídio filosófico (deixar de valorizar a vida por conta de uma crença que traga sentido exclusivamente no pós morte) ou de um suicídio propriamente dito. Todavia, é por conta da sua condição e o esforço incessante em simbolizar o não simbolizável, que Sísifo perde a dimensão de tudo aquilo que não está relacionado ao próprio rolar da pedra. Se você não for capaz de empurrar a rocha que lhe é dada, torna-se também incapaz de significar o seu labor e por isto deve ser colocado à margem. Qualquer evocação que não ajude na produtividade se desprové de sentido ou se esvaece. Vemos o delinear disto com a marginalização de

parcelas populacionais que não contribuem da forma que o capitalismo espera. A medida para o sistema se contrapor é a hipervalorização da juventude e a transformação da morte em tabu. Lancemos agora um segundo olhar, e desta vez mais otimista, sobre o mito de Orfeu. Na sociedade ocidental, ainda antes da institucionalização do estado, temos a supressão dos instintos – discorrida de forma excepcional nos estudos antropológicos de Freud em Totem e Tabu (1912-1913); mas Orfeu é uma figura que se rebela contra isto. Diferente da maioria dos mitos gregos que nos passam algum tipo de reflexão moral, como o de Prometeu, que para Marcuse representa toda a supressão da libido em prol do coletivo humano. Orfeu é um herói livre, onde o seu destaque se mostra através de sua capacidade de reconciliar a pulsão de vida e de morte. Todas as constituintes da realidade órfica negam aquilo que introjetamos na construção do

nosso princípio de desempenho. Na realidade órfica, há reconciliação entre os seres, há vida e há morte, há liberdade. Orfeu é despedaçado e decapitado por sua condição livre. Mas é por sua causa que o ser pode finalmente ser experienciado como gratificação. O mito nos abre uma janela: de que a gratificação em uma vida sem repressão depende do espaço social para vazão do Eros.

Marcuse finaliza sua obra “Eros e Civilização” apontando que podemos passar por este processo natural de fim de vida sem angústias. É preciso somente que lutemos para que a morte, no momento usada como forma de repressão via ameaça de miséria e esquecimento, ceda a Grande Recusa – a recusa órfica. Devemos sempre nos recordar de todos aqueles revolucionários que pereceram e que hão de perecer, tal como Orfeu, buscando fazer de nossa terra um espaço digno para se viver e morrer.

Psicopatologia infantojuvenil
bases para o diagnóstico de tratamentos mentais



CURSO
de aperfeiçoamento
profissional voltado para:
Psicólogos, médicos, alunos de medicina e psicologia, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos e professores

MINISTRANTE
Dr. Felipe Pinheiro de Figueiredo
(Psiquiatra da Infância & Adolescência)

Inscrições e informações: (44) 3346-9222
Dia: 12/09/2019 - Horário: 18h às 22h

Local: Auditório Essentia
Av. Joaquin Duarte Moleirinho, 2282
Jd. Cidade Monções - Maringá

 44 98813-4848  EssentiaMaringa  @essentiamed

 **essentia**
Psiquiatria e Psicoterapias

CONEXÕES

Fôlego



Caroline Lopes Bolsoni
Acadêmica do 2º ano de Psicologia Unicesumar e membro do Instituto Psicologia em Foco.

Fôlego é ato de respirar para realizar uma atividade, é a tomada de ar que está presente durante toda a vida do ser humano, é doloroso e poderoso, ao mesmo tempo que nos machuca também nos impulsiona. A respiração é algo passível de controle humano, só que muitas vezes é feita de modo automático e involuntário, e esse movimento está presente e dá ritmo a vida humana. O espetáculo de dança “FÔLEGO!”, da Companhia Experimental de Dança (CED), de direção de André Miranda, propõe uma reflexão: afinal, o nosso fôlego é pessoal, controlado somente pelo próprio indivíduo, ou é social, está atrelado e é influenciado, controlado pela dinamicidade do cenário da vida? O espetáculo retrata esse movimento de busca de ar e de energia e expressão da mesma, e mostra que o fôlego é moldado pela nossa cultura, pelas pessoas a nossa volta, por nossas

vivências, pelo contexto em que estamos inseridos e que apresenta tantas consequências para o ser individual quanto para o meio. De forma sincrônica, fica evidente que o fôlego também é modelado por nós, porque sem o organismo o movimento não ocorreria. Assim, o modo de respirar, a frequência, a intensidade e a profundidade da nossa inspiração e expiração, é, desde que nascemos, controlado por nós mas principalmente pelo meio à nossa volta. Começamos de forma simples e gradual, lentamente tomamos fôlego para exercer nossas atividades. Ao entrar em contato com um “novo” mundo acelerado, caótico, intenso, desenvolvido em que é atizada a vontade de ser superior e ter mais que o outro e fomenta-se a constante busca de uma riqueza “imaginária” (o dinheiro que não existe de fato), além de permeado por inúmeras pressões (sociais e individuais), o ser

humano vê-se coagido a também se acelerar, agir impulsivamente, sem pensar, assim o seu fôlego que era simples e singelo torna-se automático, acelerado, descompensado. O indivíduo perde a noção do poder que o simples ato de respirar tem e se rende a esse novo modo de viver e respirar, inclusive a plateia também se torna artista durante a apresentação e acaba projetando o mesmo fôlego dos artistas. Durante todo o espetáculo, a plateia apresenta tensão e angústia ao presenciar os riscos e efeitos que os atores e as atrizes vivenciam e o palco se torna um espelho e percebemos que todos estamos no mesmo ciclo e como esse ciclo pode ser tóxico. No final, o que fica nas entrelinhas é que podemos retomar o controle utilizando o nosso fôlego, pois ele pode romper o ciclo de padrões, imposições e pressões, e se tornar um verdadeiro ato de resistência.



CONEXÕES



Lucas Rodrigues da Fonseca Lopes
Professor de Filosofia, graduado em Filosofia (UEM),
mestrando em Filosofia na área de Fenomenologia e Estética
(UEM), integrante do grupo de ensino “Filosofia e Literatura”
do Departamento de Filosofia da UEM, e membro do GT de
Filosofia Francesa Contemporânea da ANPOF.

Sartre e o golpe de 64: o Brasil entre os interesses da burguesia

Após sua experiência enquanto prisioneiro dos nazistas, na França ocupada, Jean-Paul Sartre (1905 – 1980) passa a refletir sobre seu próprio sistema filosófico, assumindo novas posições políticas a respeito de sua condição intelectual (ALMEIDA, 2018). Assim, torna-se interesse do filósofo observar os contextos de guerras e conflitos vividos pelos países vítimas do imperialismo. E o Brasil não fica de fora de suas atenções. Em 1970, ele publica seu único texto sobre o Brasil, um trabalho em solidariedade às vítimas do regime militar, intitulado: “O povo brasileiro sob o fogo cruzado dos burgueses” (Le peuple brésilien sous le feu croisé des bourgeois), presente na obra Situations VIII. Nesse texto, Sartre afirma que a instauração do regime militar no Brasil não devia ser tomada como um simples acidente no percurso da democracia, mas como um destino possível de muitos países europeus. Segundo ele, a ascensão desse regime foi consequência do equívoco cometido pela esquerda brasileira em apoiar uma “burguesia nacionalista” para se opor ao imperialismo. Isso foi um erro, pois “não devemos conceber que haja uma boa burguesia, que seria a nacionalista e uma má, cúmplice de um imperialismo, na verdade, o que há é apenas uma única burguesia cuja atitude varia de acordo com seus interesses de momento.” (SARTRE, 1973, p. 220). O Brasil desde seu período colonial tem sido conduzido pela burguesia em direção ao capitalismo (DE ALMEIDA, 2011). De acordo com Sartre, o que o setor nacionalista da burguesia fez foi provocar uma crescente pauperização do país, visto que a sua prosperidade coincidia com as crises econômicas. O povo com um poder aquisitivo reduzido voltava-se para os produtos nacionais. Afinal, com o mercado interno nas mãos desses burgueses, os bens de consumo que podiam ser importados do exterior passaram a ser substituídos pelos produtos de suas empresas (SARTRE, 1973). Além disso, essa burguesia

alimentava o desemprego no país para obter uma redução nos gastos de produção. Logo, o efeito dessas medidas foi tornar a economia uma presa fácil para o imperialismo norte-americano. Nesse momento a burguesia ligada ao imperialismo começa a ganhar seu espaço. Demonstrando um grande conhecimento sobre a realidade e história do país, Sartre aponta que essa tensão entre os dois partidos da burguesia é uma luta datada de 1945, na qual o golpe de 1964 seria apenas o resultado. Ou seja, um conflito que perpassa por 1945 com a caída de Vargas, seu retorno em 1951 e seu suicídio em 1954, a tentativa frustrada para impedir Juscelino Kubistchek de tomar o poder, e a demissão forçada de Quadros em 1961 (Idem). Esse conflito apesar de terminar muitas vezes com vantagens para a burguesia nacionalista, por outro lado, não impediu a ampla implantação de investimentos estrangeiros no país. Diante disso, os militares em 1964 não tiveram problemas em dar seu golpe de estado com o apoio dos Estados Unidos. Liquidando com a burguesia nacionalista, uma das primeiras medidas adotadas pelo governo militar para atender as exigências do capitalismo norte-americano foi reduzir o crédito, obrigando as empresas nacionais a se vender ou associar-se ao capital estrangeiro. Para o filósofo, houve então uma reconciliação entre os dois ramos da burguesia, provando que sempre houve somente uma única burguesia, mas com interesses flutuantes (Idem). Além disso, dentre as medidas do governo militar, houve a promulgação de um decreto que fornecia uma garantia aos investimentos estrangeiros, de modo que autorizava as empresas estrangeiras a fixarem o montante das perdas sofridas e pedirem ao governo o reembolso. Enquanto os burgueses e os imperialistas extraíam os recursos do país, o governo exercia o papel de manter o povo em mínima resistência através de repressões constantes. O exército defende os interesses de classe. “No Brasil, à época da ditadura o

exército foi o “braço armado” do imperialismo norte-americano” (ALMEIDA, 2018, p. 78). Nas palavras de Sartre: “os brasileiros confiam seus próprios soldados aos norte-americanos para que os norte-americanos os ensinem a atirar sobre o povo brasileiro. O exército serve cada vez menos para preparar a defesa contra um eventual agressor exterior, e cada vez mais para reforçar a repressão interior” (SARTRE, 1973, p. 222). Assim, Sartre vê na esquerda brasileira um duplo exemplo a ser extraído. Um exemplo negativo sendo antes de 1964, em que ela contou com a aliança do nacionalismo burguês com as forças populares para combater o imperialismo, mas foi traída e se enganou; e um exemplo positivo, pós 1964, na qual, a partir desse momento compreendeu que o único modo de combater o imperialismo seria através da luta armada (Idem). Com seu pensamento alinhado ao de Carlos Marighela, Sartre acredita que a união de forças contra o imperialismo não devia restringir-se apenas ao Brasil, mas expandir-se aos outros países da América do Sul. “É necessário, pois, realizar a unidade da luta de uma América oprimida, a do Sul, contra a outra América opressora, a do Norte” (Idem, p. 224). Além do mais, julgava os acontecimentos ocorridos no Brasil como lições para pensar a França. “O combate heróico que os brasileiros enfrentam debaixo de nossos olhos deve nos incitar a refletir sobre nossa própria situação. Há também entre nós uma burguesia nacionalista e há igualmente os investimentos norte-americanos” (Idem, Ibidem). Ele compara as duas burguesias brasileiras com os governos de Charles de Gaulle e de Pompidou, sendo um nacionalismo vaidoso de um lado e do outro uma posição favorável para a entrada de capitais norte-americanos. Para Sartre, apoiar o povo brasileiro em sua luta representava mais que um dever. “Sustentar os revolucionários brasileiros em sua luta não é então somente nosso dever: concerne também a nosso interesse, concerne a nossa liberdade” (Idem, Ibidem).

SAÚDE MENTAL



Natalia Yumi Batista Tamura
Psicóloga (CRP 08/22633) no CREAS de Goioerê,
pós-graduada em Atenção Integral à Saúde
Mental pela UEM.

Suicídio entre idosos: importância da atenção básica em saúde

Ainda tratado como um tabu na nossa sociedade, o suicídio é um fenômeno complexo, multifatorial, consequência de um processo cumulativo que não se limita a uma situação pontual que abrange o contexto no qual se está inserido, bem como aspectos subjetivos e ontológicos. O suicídio entre idosos tem sido estudado internacionalmente e já é considerado grave problema de saúde pública. Essa situação pode ser constatada inclusive no Brasil, onde, apesar das taxas de suicídio serem relativamente baixas, as que se referem à população na faixa etária acima de 60 anos são maiores das que a população em geral apresenta. Culturalmente, o valor de uma pessoa é mensurado através de sua produtividade, ou seja, o seu nível de participação social na geração de bens e consumo. Ao atingir a velhice, acontece uma redução nesse potencial produtor, além de outros eventos como aposentadoria, limitações físicas, doenças características do avanço da idade, distanciamento de familiares, morte de amigos e/ou cônjuges e parceiros, fatores que podem contribuir para que haja uma significativa perda com relação a qualidade de vida, desempenho social e autoestima da pessoa idosa.

É equivocado, entretanto, pensar o envelhecer apenas como um período de déficits e o idoso como uma figura decrépita e melancólica. Busca-se, nos dias atuais, desvincular a figura que se criou da velhice, compreendendo-a como um período carregado de nuances e significados. A ressignificação do idoso como uma pessoa ativa e válida na sociedade deve ocorrer em todas as esferas, desde a social até a política. Deve-se compreender o idoso como um sujeito de direitos sociais legítimos. O envelhecimento possui características específicas que devem ser compreendidas por aqueles que trabalham com ele. Os crescentes índices de suicídios concretizados, tentativas e comportamentos suicidas fazem com que um olhar político sobre eles, especialmente nos serviços de atenção básica em saúde, seja urgente e necessário. Tem-se ferramentas importantes para desenvolvimento de ações de prevenção e intervenção que auxiliem na promoção de qualidade de vida à população idosa e diminua os números de suicídios. Entretanto, a construção ideológica da terceira idade como um período decrépito e de pouca importância social faz com que o idoso seja, muitas vezes, deixado

de lado nas políticas de promoção de saúde e lembrado apenas nas políticas assistencialistas. O envelhecimento populacional configura um dos maiores desafios para a saúde coletiva em um país emergente, embora represente também um sinal de desenvolvimento e superação de índices de mortalidade e condições sanitárias, que mesmo distante do ideal, se apresenta consideravelmente melhor do que algumas décadas atrás. No que se refere à saúde da população mais velha, os direitos ao cuidado integral, no Brasil, foram reforçados pela Política Nacional do Idoso (Lei n. 8842, 1994) e o Estatuto do Idoso. A principal estratégia de prevenção ao suicídio no contexto público é a promoção da saúde mental, sendo a atenção básica a porta de entrada desse idoso no sistema de saúde. Os profissionais que atuam nessa área possuem ferramentas de trabalho ao seu alcance, como a realização de diagnósticos diferenciados e a superação do olhar médico-biológico, entre outros, e devendo estar atentos para os fatores de risco dessa população, uma vez que a detecção precoce desses fatores contribui na elaboração de estratégias assertivas de intervenção.



*casas, apartamentos,
comerciais ou
terrenos?*



IMOBILIÁRIA

**SILVIO
IWATA**



*faça
uma decisão de*

CONFIANÇA!

www.silvioiwata.com.br

Há lugar para o íntimo na Saúde Mental?



No dia 18 de Maio comemoramos 32 anos da Reforma Psiquiátrica no Brasil, movimento que questionou a hegemonia do modelo hospitalocêntrico no tratamento da chamada “doença mental”. Contamos hoje com uma Política Nacional de Saúde Mental, cuja Rede de Atenção Psicossocial (CAPS, Residências Terapêuticas, leitos em hospitais gerais entre outros) trouxe um avanço sem precedentes nos tratamentos. Indivíduos antes estigmatizados como loucos, perigosos, incapazes e cujos direitos e deveres eram anulados junto à sua subjetividade, foram reinseridos na sociedade com protagonismo e poder de contratualidade. A Reforma é, contudo, um movimento de luta constante, vide Nota Técnica do Ministério da Saúde 11/2019, que incentiva os hospitais psiquiátricos, compra de equipamentos de eletrochoque e a alteração nas Políticas Nacionais sobre Drogas que autoriza a internação involuntária.

A Reforma apregoa um resgate da subjetividade daquele que sofre psiquicamente e, por isso, coloco em discussão aqui um risco que incorremos nós profissionais: mesmo dentro dos ideais da Reforma podemos, paradoxalmente, desconsiderar aquilo que é do íntimo do usuário, seu particular. A intimidade da qual falo é aquilo que anima a vida psíquica do usuário, os seus pensamentos, fantasias, medos, angústias, aquilo que muitas vezes elealaria apenas, como se diz, no tête-à-tête. Se soa estranho dizer que justamente em serviços de saúde mental a intimidade pode por vezes ser deixada de lado, na prática é o comum.

A própria história da Reforma no Brasil pode ter colaborado com isso. Os primeiros anos do movimento foram marcados pela ênfase na dimensão política, em recuperar os direitos perdidos dos usuários, retirá-los de uma realidade de exclusão social e política (Rinaldi, 2006). A dimensão clínica, que aborda o subjetivo de forma mais detida, contudo, ficou em segundo plano, sob estigma de que escutar o sujeito em sua singularidade, num atendimento individual, poderia ir contra os

ideais da Reforma, pois supostamente faria oposição àquilo que é idealizado para a Saúde Pública como coletivo, grupal, social.

Quando se acentua ou se toma de forma exclusiva o discurso de cidadania, de reabilitação psicossocial, é quando a instituição e os técnicos podem assumir uma posição de supor um bem para o usuário. Afinal, será que nos questionamos o que, de fato, entendemos por reabilitar? E reabilitar o quê, para o interesse de quem? Escutamos o usuário como agente participante desse processo? O discurso da reabilitação, tão caro aos serviços substitutivos, corre, assim, o risco de significar algo educativo, normalizador, a partir de um saber prévio que pode assumir um caráter superegóico quando associado aos ideais de bem e de cura. Há nesses casos, como propõe Lacan (1992), o chamado discurso do mestre, podendo o técnico ou a própria instituição ocupar esse lugar de mestria conduzindo o indivíduo no que se supõe o melhor a partir de um modelo pré-estabelecido e um saber a priori e universal.

Freud já havia condenado qualquer ambição de educar ou de curar, de querer o bem do paciente tendo como base a nós próprios (como um espelho), já que isso torna impossível o aparecimento do desejo inconsciente, do íntimo, que é o que faz a sua diferença em relação ao outro (Rinaldi, 2006).

Há, também, a perda do íntimo quando impera o ideal de produtividade, em atender-se mais por menos tempo, para que as verbas públicas sejam repassadas e os serviços continuem vigentes, e que impõe aos técnicos montarem grupos volumosos sempre em detrimento dos atendimentos individuais. Ou quando é proposto atendimentos em grupo a usuários que precisam ser escutados individualmente: aqueles que padecem da chamada clínica do real, que se mutilam nos braços, nas pernas, abrindo pela navalha alguma forma de borda para uma angústia insuportável de conter por outra via, já que o simbólico não lhe está acessível para esta função naquele momento; àqueles com ideação suicida; aos psicóticos

Fúlvio César Casemiro

Psicólogo (CRP 08/15146), especialista em Psicanálise Teoria e Clínica, mestre em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), psicanalista em formação. Atua no CAPS-III (Centro de Atenção Psicossocial III) de Maringá e em consultório particular.



quando no momento em que precisam se reorganizar numa nova metáfora delirante.

E o que pode nos dizer a psicanálise frente a essa rejeição do íntimo na Saúde Mental? Penso que a noção de Sujeito do inconsciente (distinto do sujeito da acepção social) trata do que chamo aqui de íntimo. Efeito da linguagem, o Sujeito se revela justamente por essa mesma via, nos lapsos, atos falhos, tropeços, não ditos, sintomas. É apenas aí, nessas brechas, de forma não racional, que aparece o desejo inconsciente, a verdade do Sujeito. Até mesmo a dimensão do gozo, da satisfação obtida pelo sofrimento, só será passível de apreensão se permitirmos a escuta de fenômenos que não circulam pela via do racional.

A escuta do íntimo, todavia, não precisa ficar restrito a um psicanalista. Afinal, uma equipe de saúde mental compõe uma diversidade, que pode ser capacitada e sensível a tais fenômenos. Num CAPS, por exemplo, traça-se junto ao usuário seu plano terapêutico singular, que potencialize sua condição de autonomia, de protagonismo na vida. Não é imprescindível, então, que o escutemos nessa dimensão de Sujeito? Como esperar que ele consiga ser protagonista se lhe conferirmos um serviço que oferece, por exemplo, um viés acentuadamente jurídico, social ou mesmo educativo ou normativo?

Para concluir - mas não encerrar - se o discurso que exclui o Sujeito é o do mestre, a Saúde Mental não se beneficiaria de um discurso oposto, que esvazie o saber prévio sobre o usuário em atendimento? Para Rinaldi (2006), o discurso do analista, tal como a ética da psicanálise, não se orienta pelo bem, mas pelo desejo, e se funda na aposta de que ali naquele que recebemos há um Sujeito que poderá emergir como resultado de um trabalho clínico, trabalho esse que deve ser sustentado dentro da instituição e não contra ela ou apesar dela, mas buscando transmitir algo desta dimensão do Sujeito, do seu íntimo, sem o qual o discurso da cidadania corre o risco de reproduzir o modelo tutelar e excludente.

PSICANÁLISE

Freud, democracia e agressividade: inquietações propositais

Os recentes episódios na política brasileira são de extrema importância para entendermos como nossa democracia foi e está sendo agredida em sua estrutura fundamental. Desejos velados vieram à tona e o início de uma violência que parece ser sem limites despontou em nosso horizonte.

Talvez não seja de agora, talvez seja apenas um ciclo de repetições que ganharam expressão máxima diante de uma suposta forma de se fazer política que ficou famosa pela pregação da “justiça” conquistada por meio das armas e agressividade.

Não podemos negar que vivemos um declínio assustador da democracia. Parece-nos latente agora uma face mais patologizante de alguns de nós brasileiros: o desejo pela violência explícito e escancarado. Freud estava certo mais uma vez: existe uma pulsão destrutiva e agressiva no interior do homem, que surge como uma disposição instintiva original.

O natural, segundo a teoria psicanalítica, é de que o princípio de prazer que rege o homem procura evitar o desprazer e o sofrimento, mas... E quando este princípio é invertido e o prazer se torna manifestação da violência, preconceito e exclusão?

O discurso subversivo de ódio, discriminação e outros sinônimos alcançou diversos corações e mentes. Alcançou ou desvelou? Que tipo

de discurso é esse que trouxe a tona desejos recalcados a milhares de anos com muito esforço pelas religiões, pela ética e pelos “bons costumes”? Que forma de tirania é essa que prega o retorno às armas como forma de defesa mais satisfatória? Há muito com o que se preocupar e refletir...

Nietzsche já havia escancarado a questão da vontade de poder que rege a humanidade, poder de subjugar o outro em detrimento de desejos subjetivos daquele que é mais poderoso. Freud, em 1929 no texto Mal-Estar na Civilização já dizia que “um sentimento só poderá ser fonte de energia se ele próprio for expressão de uma necessidade intensa” (Imago, p.81). Pergunto-me: que necessidade é essa que tende contra a liberdade e a democracia?

Talvez nunca como agora podemos ver a necessidade de algumas pessoas de ter um pai “protetor” armado e castigador, quem sabe a manifestação real de um superego tirânico, portador de inúmeros sentimentos de culpa que herdamos do Édipo.

No livro Como as Democracias Morrem, de Levitsky e Ziblatt (Zahar, 2018), os autores ressaltam o fato de que um tirano nos últimos tempos tem chegado ao poder justamente pelo voto, ou seja, através da democracia. O lobo, na pele de lobo mesmo, chega do meio do rebanho, escolhido pelo rebanho, não por meio de armas e tanques, mas pela escolha livre do



Carlos Alberto da Silva
Graduado em Filosofia (PUCPR),
graduando de Psicologia (UNIFAMMA)
e pós-graduado em Aconselhamento
(Counseling) – IATES.

próprio rebanho. Este é o dilema portador de nossas angústias e o grande perigo a que estamos sujeitos. Aí se encontra o paradoxo...

O adágio “a cura para a democracia é mais democracia” pode estar em risco. O livro nos fala também que a queda da democracia acontece a passos lentos. Autocratas chegam ao poder e aos poucos vão minando e instaurando seus próprios interesses, a democracia vai sendo desfeita e dissolvida. É assustador! Mudam-se as regras do jogo reformando as constituições, instituições, o sistema eleitoral, perseguições à mídia, supostos atentados, e assim por diante.

É claro que situações desse nível em relação às restrições democráticas já aconteceram em nossa história e não nos são estranhas: o poder dos imperadores brancos e dos coronéis, a ditadura militar, a ausência de direitos civis, o veto do voto de mulheres, negros, pobres, etc. Se a democracia é um trabalho árduo, e perdê-la é pior que perder uma eleição, conforme afirmam os autores, estamos realmente em risco. Agora ainda mais.

As mãos simbolizando armas infelizmente estão apontadas para a democracia, para nós mesmos, o povo. Talvez – e este é o último – seria a hora de nos perguntarmos: até onde os “poderes” que criamos para ir contra o senso de humanidade que nos une e nos classifica como seres humanos irão nos levar? Essa inquietação não é tão difícil de responder...

PSICANÁLISE

Ouvir é muito mais do que não falar



Diariamente somos motivados a responder inúmeras questões, sentimos a necessidade de assumir um lugar de saber que exige de nós articulações cada vez mais elaboradas e fundamentadas, um lugar de oferecer ao outro o que lhe falta. Quando nos convidamos a ouvir até mesmo aquilo que o outro nos diz em silêncio, oferecemos a ele o nosso não saber e, dessa forma, o encorajamos a encontrar respostas que só existem nele mesmo. A arte de ouvir compreende estar interessado naquilo que há por trás das palavras, naquilo que as revestem: sentimentos, afetos, memórias e elaborações. Tais revestimentos são acessíveis na medida em que o comunicar-se assume uma forma livre.

Só aprendemos a ouvir o outro quando superamos a dificuldade que temos de ouvir a nós mesmos, isso implica acessar questões internas difíceis de compreender e então nos deparar com nosso próprio não saber, é nesse lugar que o ouvir toma sua forma mais gentil e se encontra com as dúvidas, as faltas e as

contradições humanas, tudo isso que é tão intrínseco às nossas relações e que lutamos diariamente para evitar.

Num mundo em que cobram certezas e respostas imediatas, a Psicanálise faz do ouvir seu maior instrumento de trabalho e se arrisca a valorizar coisas que admitimos não conhecer, aquilo de nós que ao mesmo tempo deseja e teme, afirma e nega, que se manifesta em nossos atos falhos e denuncia nossa humanidade.

Ouvir está longe de ser um processo passivo, já que é capaz de colocar o outro em contato direto com o desconhecido que o habita. Nesse sentido, a escuta mobiliza conteúdos inconscientes que tomam forma através do discurso. Quando passamos a valorizar aquilo que é das relações humanas, assumimos um olhar histórico às nossas vivências, reconhecendo a



Giovana de Oliveira Barcelos
Acadêmica do 3º ano de Psicologia da
Unifamma.

importância dos processos psíquicos para a manutenção de toda uma vida em sociedade. Que o ouvir não se perca entre nossos anseios de ter a resposta certa!



CTC Veda
Clínica, Ensino e Pesquisa

CENTRO DE TERAPIA COGNITIVA VEDA | Clínica, Ensino e Pesquisa

PRESENTE EM CINCO UNIDADES PELO BRASIL

Cursos de Especialização reconhecidos pelo MEC e pela União Europeia

CURSOS

Especialização em Terapia Cognitivo Comportamental (TCC) em Adultos

Especialização em TCC em Crianças e Adolescentes

Proficiência em Terapia Cognitivo Comportamental

Unidade Maringá: Especialização em Terapia Cognitivo Comportamental

Formação em Terapia Cognitivo Comportamental em Crianças e Adolescentes

Informações

44 3025.7832
ctcvedamaringa@gmail.com
www.ctcveda.com.br

SOCIAL

Corpo brasileiro: pensamento colonial

O poder pensar e o poder-dizer sobre, segundo Aureci Souza (2004) são essenciais para o estabelecimento do discurso e do imaginário que perpassa toda a sociedade; esses dois fatores dizem a respeito sobre quem pode ter o conhecimento e pensar sobre algo, assim como quem pode ideologicamente falar sobre este algo. Souza (2004) afirma que todas as instâncias e pessoas que estejam no lugar de maior prestígio na hierarquia social; as instituições reguladoras ideológicas; os que tomam parte de uma posição especializada e tudo que influa sobre o sistema capitalista em vigor, como a mídia por exemplo; são detentores do poder-saber e do poder-dizer que ditam nosso comportamento, valores, sentimentos e identidades. O corpo, parte da nossa identidade, executor dos nossos comportamentos e pensamentos, além de consumidor do mercado; também é pensado por esses discursos ideológicos. Quem pensa o corpo brasileiro? Brasil, um país colonizado e miscigenado não pode fugir de sua história, criando o discurso sobre o corpo brasileiro com a chegada dos portugueses em 1500, os colonizadores se depararam com uma paisagem e com corpos muito diferente do que conheciam. O país era tropical, havia uma vasta vegetação, os corpos eram pardos, as índias andavam nuas, com olhos e cabelos negros, dentes brancos, corpo esculpido, mulheres cuja as tais o homem persegue e devora sexualmente, e, nas palavras de Pero Vaz Caminha, eram mulheres do tipo deliciosas com a pele morena e seu misticismo sexual, que faria vergonha e inveja as mulheres europeias. Essas descrições sobre as primeiras mulheres brasileiras influenciaram para a construção de um imaginário nacional que perdura até hoje, imagem essa que foi feita a partir de comparações e contrastes com o imaginário da mulher europeia. A objetificação do corpo nativo e negro ganha forças com a escravidão, em uma época onde haviam muitos valores morais e religiosos, o sexo ganhava um caráter restritivamente de procriação, porém, as escravas eram usadas como objeto sexual para saciar os desejos do

seu senhor, que eram inevitavelmente atraídos pela sua sensualidade, o que acabou sendo aceito socialmente frente a posição da Igreja em proibir a realização sexual do casal, tendo a escrava como “única possibilidade de gozo”, criando um imaginário da mulher negra para o gozo e da mulher branca para o casamento. Foi a partir desses atos sexuais não consentidos entre os colonos, índias e negras que deram origem a miscigenação, a tão famosa “mulher brasileira” (Souza, 2004). Segundo Dilma Silva (2011) com a Lei Áurea, de 1888, que deu fim a escravidão, continuou a propiciar imagens negativas sobre o negro que por não possuíam escolaridade, abrigo e nem empregos que os contemplassem. Sendo assim os recém libertos começam a fornecer trabalho braçal e pouco valorizado, o que serviu para que o preconceito tomasse outras perspectivas à medida que tinham como vadios os negros que não se dispunham a trabalhar de tal forma ou que não tinham empregos fixos sendo sujeitos a punição policial. Além disso, suas manifestações afro culturais foram consideradas como um delito público; causando a marginalidade social expressa até hoje nas favelas e na posição social tomada pelo povo negro. O intelectual brasileiro, Silvio Romero, que considerava os mestiços uma forma de atraso por conta de sua instabilidade física e moral, considerava necessário um embranquecimento da população; ideia apoiada por Oliveira Viana, que considerava os brancos uma raça superior e que cooperou para a promulgação da lei de embranquecimento através da imigração europeia. Outro teórico racista da época é Raimundo Nina Rodrigues, que acreditava que os mestiços eram degenerados e que os negros não teriam a capacidade de evoluírem para uma civilização, sendo cheio de perversões e imperfeições, sendo propensos à criminalidade. Reforça-se daí a ideia de que o branco é exclusivamente bom e que o negro, por sua vez, detém todas as características ruins. O corpo brasileiro pensado a partir da



Beatriz Prontidão Santos
Acadêmica do 5º semestre de Psicologia da Unifamma.

epistemologia colonial, constitui então dois polos: o branco, loiro, com cabelo liso; naturalmente possuidor de ares de pureza e aspecto angelical, detentor de características do sucesso enquanto o corpo negro “da cor do pecado”; naturalmente degenerados, feios, servis, hipersexualizados pela objetificação, inferior em todos os sentidos; com a pele, olhos e cabelos escuros deve, segundo o discurso ideológico criado a partir do imaginário colonizador, se embranquecer ao máximo, alisar os cabelos, embranquecer sua pele com maquiagem, afinar seu nariz e qualquer outra coisa possível para “evoluir” ao patamar do homem branco (Souza, 20). Walter Mignolo (2007) se debruça na explanação da epistemologia colonial e descolonial. A epistemologia colonial seria aquela uma forma de pensar eurocentrada, que impõe aos indivíduos identidades que devem ser tidas como naturais de cada sujeito, perpassando de todas as formas possíveis a superioridade das características tanto físicas quanto econômicas dos países europeus, legitimando sua fala como científica e unicamente correta. Por outro lado, a epistemologia descolonial, proposta por Mignolo (2007) visa a desvinculação dos conceitos e formulações eurocentradas, dando a cada sujeito, região e raça a legitimidade de pensarem sobre si mesmo, questionando a lógica do discurso colonial; ganhando seu poder-saber e poder-falar no espaço social. Claramente quem pensou o corpo brasileiro o fez a partir de bases coloniais, vinculando seu eurocentrismo em conceitos que roubariam do negro seu poder de pensar e se ver como é: igual a todos, um ser humano “divino” como qualquer outro. É preciso que criemos um pensamento descolonial, para o negro dizer o que é ser negro e aos indígenas o que é ser um nativo, dando-lhes o lugar de pensar a si mesmo e a sociedade a partir de sua própria referência identitária e cultural; ganhar seu espaço através dos seus próprios olhos.

SOCIAL

Breve reflexão sobre a subjetivação masculina

A construção do padrão hegemônico de masculinidade aparece em nossa sociedade atual como resultado de modelos estéticos, morais e ideológicos dominantes em diferentes momentos da história da civilização ocidental. Partindo da compreensão arcaica do one-sex-model, onde o sistema sexual e reprodutivo feminino era considerado uma inversão do sistema masculino, a estética do corpo e anatomia masculinas foi difundida como a perfeição da natureza, inferiorizando a mulher por considerá-la um sujeito menos desenvolvido nessa escala. Posterior a isso, questões relativas a reprodução, sexo e prazer sexual endossariam o modelo de superioridade masculina. A partir do final do século XVIII, a sociedade ocidental passou a experimentar sensíveis mudanças no que diz respeito à relação entre os gêneros, introduzindo as esferas políticas e ideológicas nas diferenças entre homens e mulheres. A partir disso, regras morais foram impostas nessa relação

afim de justificar papéis sociais de gênero que sustentassem a sociedade burguesa capitalista da época. Construía-se a partir disso a visão de masculinidade pautada no paradigma de poder e dominação financeiros, físicos, políticos, intelectuais, sexuais e sociais. Os estudos de gênero, propagados a partir da década de 70 como parte das pautas de áreas do conhecimento relacionadas a estudos sociais e humanos, trouxeram uma série de contribuições para a ciência psicológica. Tais estudos foram imprescindíveis para a compreensão de gênero como construção histórica e cultural, superando a concepção de determinismo biológico sobre ações e identificações humanas. O paradigma da Masculinidade Hegemônica se constrói não apenas no psiquismo masculino, mas, por se tratar de algo estrutural em nossa sociedade, encontra-se presente no discurso e concepção de ambos os gêneros, respondendo a anseios de uma sociedade ainda patriarcal e machista.



Mirian Noemi Machado de Souza
Psicóloga Clínica Psicanalítica, Bacharel em Psicologia pela Unicesumar, cursando especialização em Psicoterapia de Orientação Psicanalítica e membro do Instituto Psicologia em Foco. CRP 08/23267.

Esse modelo de masculinidade incute ao homem papel controlador, incitando a negação de todo e qualquer aspecto que se aproxime do que é considerado feminino – como sensibilidade emocional, apreciação artística, entre outros. Associa-se o ser homem a ser uma figura que ofereça potência e prontidão sexual, provisão financeira, comportamentos grosseiros e desprendimento afetivo. As relações desiguais de poder entre homens e mulheres são responsáveis por um complexo mal-estar social que se estende para relações interpessoais e subjetivas. A construção do Eu é atravessada por todas essas questões desde suas relações objetais, sendo responsável, muitas vezes, por gerar sofrimento significativo e adoecimento psíquico. O processo de subjetivação do masculino passa por recortes históricos, culturais e políticos que não podem ser desconsiderados pela psicologia. O momento atual de questionamentos necessários acerca dos papéis sociais de gênero e declínio do poderio masculino abre caminhos e possibilidades para pensar formas saudáveis de experienciar e ressignificar a masculinidade. Pensando no ser humano como ser plural, diverso e multifacetado, conceber um modelo de masculinidade hegemônico que oprima outras formas de identidades torna-se inconcebível, uma vez que expressões de gênero não são estáticas. A compreensão histórica e cultural de indivíduo e de mundo é uma poderosa ferramenta para que normatizações e padrões como esse não se perpetuem. Enquanto fatores identitários atuarem como prisões, o adoecimento solitário resultante desse enclausuramento será inevitável.



Mirian Noemi Machado de Souza

Psicóloga
CRP 08/23267

(44) 99993-2933
mirian_machadodesouza@hotmail.com



SOCIAL

Assistência social no Brasil: história de direitos



Jose Valdeci Grigoletto Netto
Psicólogo (CRP 08/24556). Especialista em Saúde Mental (UNICESUMAR, 2018) e em Educação Especial (FATECIE, 2018). Atua na Secretaria Municipal de Assistência Social de São Carlos do Ivaí – Proteção Social Especial.



Talita Venancio da Luz
Assistente Social (CRESS 74369) graduada pela Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, campus Paranavaí, PR. Especialista em Gestão Pública Municipal (Universidade Estadual de Maringá – UEM). Atua na Secretaria Municipal de Assistência Social de São Carlos do Ivaí – Proteção Social Especial.



Falar em Assistência Social não é falar de caridade, esmola ou ajuda. Ao contrário: quando nos propomos a discutir sobre Assistência Social estamos nos referindo à uma Política Pública de grande importância para a garantia dos direitos socioassistenciais de todas as pessoas. Destacamos que neste texto não temos o objetivo de realizar uma extensiva linha do tempo ou esgotar o tema, mas sim propor uma reflexão acerca da Assistência Social no país, visando tecer algumas reflexões iniciais.

A assistência social, junto com a história

da construção do nosso país, passou por inúmeras transformações. Nascida arraigada à Igreja Católica e as Damas de Caridade, até muito tempo a assistência social era confundida com caridade, solidariedade e/ou assistencialismo, isto é, uma assistência pontual e focalizada, dada às famílias e pessoas que necessitavam de algo, com o único intuito de ajudar e prestar uma caridade emergencial, não continuada, sem o devido acompanhamento das necessidades dos mesmos. Nessa ótica, a assistência social não era vista enquanto um direito do usuário e dever do Estado,

ficando a cargo de pessoas e organizações/ entidades filantrópicas a realização dos serviços (NEVES da SILVA, 2006).

A Constituição Federal do Brasil de 1988, especificamente no art. 203, garante que a Assistência Social é para todas as pessoas que dela necessitarem, independente de contribuição previdenciária. Foi a partir desta Constituição, em específico com a Lei nº 8. 742 de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, que a Assistência Social passa a ser regulamentada e organizada os serviços e benefícios ofertados (BRASIL, 2017).

SOCIAL

A LOAS estabeleceu, enquanto direitos, importantes benefícios, como o BPC – Benefício de Prestação Continuada, que é um benefício de transferência de renda direta ao cidadão – pessoa com deficiência e idosos acima de 65 anos que comprovem renda igual ou inferior a ¼ do salário mínimo per capta; este benefício, no valor de 1 salário mínimo, independe de qualquer contribuição previdenciária. Ainda, instituiu os Benefícios por Vulnerabilidades Temporárias, também chamados de Benefícios Eventuais, que garantem direitos como Auxílio-natalidade, Auxílio-funeral, Alimentação, Passagens, dentre outros (BRASILIA, 1993).

Hoje, estes benefícios devem estar regulamentados em legislação municipal específica, elaborado pelos atores da referida política em parcerias com as demais políticas que atuam em conjunto no atendimento das necessidades dos usuários e usuárias. Sob esta ótica, pensamos e atuamos em uma assistência social que transcendam as necessidades pontuais dos cidadãos e garanta a proteção integral de indivíduos e famílias, visando o fortalecimento da dignidade e protagonismo dos sujeitos enquanto detentores de direitos.

Na estruturação desta política, a Assistência

Social divide-se em dois tipos de proteção: Proteção Social Básica, que busca o fortalecimento dos vínculos fragilizados e trabalha a prevenção e proteção de pessoas vulneráveis, e Proteção Social Especial, que subdivide-se em Proteção Social de Média e Alta Complexidade, que atuam visando o restabelecimento de vínculos já fragilizados e/ou rompidos, bem como atua com direitos que foram violados (BRASIL, 2012).

Com a aprovação da Lei nº 12.435, a qual consolida o Sistema Único de Assistência Social – SUAS em 2011, a política se organiza e se consolida enquanto direito legítimo do cidadão. No entanto, apesar desta política estar em contínuo movimento de construção, ainda hoje, infelizmente, muitas pessoas desconstroem a ideia de direito adquirido ao longo dos anos pela Política e continuam com a compreensão de que assistência social seja sinônimo de caridade, inclusive pessoas responsáveis pela gestão, que acabam por realizar a gestão indevida dos benefícios socioassistenciais, enquanto outros regem a mesma pelo sistema da meritocracia, concedendo benefícios em troca de contrapartidas dos usuários.

Não suficiente com estas posturas conservadoras e antiéticas, assistimos a um momento político de grande

retrocesso e precarização dos direitos já garantidos em leis, como por exemplo, a possibilidade de corte do valor do BPC e alterações nas regras para sua concessão, no Projeto de Emenda Constitucional da Reforma da Previdência Social. Além disso, acompanhamos a restrição fiscal que ocorre no atual cenário quanto às diversas políticas sociais, principalmente na Assistência Social, com a extinção do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, sendo substituído pela Secretaria Especial de Desenvolvimento Social, ligada ao Ministério da Cidadania, e ainda o atraso dos repasses de cofinanciamentos federais.

Por fim, o que nos resta enquanto profissionais vinculados à assistência social e, antes disso, enquanto cidadãos, é continuar defendendo nossos direitos e levantar a bandeira da resistência, não cedendo às pressões que afetam diretamente a vida de milhões de brasileiros e brasileiras, fragilizando ainda mais pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade, mas sim, resistindo às tentativas de desmonte da Política de Assistência Social e contribuindo na melhoria da qualidade de vida da população.

Gabriela Cristófoli Pereira

CRP 08/26144

44. 99949 4161

psicogabrielacp

psicogabrielacp

gabrielacp.psi@gmail.com



PENSO ASSIM

Museu nacional
em chamas: um retrato
da memória brasileira

“Minha dor é perceber
Que apesar de termos
Feito tudo o que fizemos
Ainda somos os mesmos
E vivemos
Como os nossos pais”



Mariana Rubio Senes
Acadêmica do quarto ano de
psicologia na Unicesumar.

Pensar na história de nossa pátria nos remete a grandes aprendizagens e também a continuidade de alguma ignorância, o que é cabido, pois dessa situação nunca se livra por completo. No entanto, com o passar dos anos, o esperado é não repetir erros. Em 1976, o grande compositor Belchior lançava “Como nossos pais”, música que seria de grande sucesso na voz de Elis Regina. Nessa canção, é retratado, dentre outros temas, o conformismo adquirido pelas gerações posteriores em relação às batalhas da geração anterior. De certo modo, é como se não houvesse respeito pela história, o passado é uma lembrança na parede da memória. Esse quadro dói. E dói ainda mais perceber que “apesar de termos feito tudo”, diz o pai para filha, “ainda somos os mesmos e vivemos como nossos pais”. Dói perceber que o passado se repete. As vivências e lutas da geração anterior são comumente ignoradas pela atual, e junto com as memórias,

perdemos também referenciais simbólicos. A psicanálise de Freud explica a compulsão à repetição: Princípio que, de encontro com o Princípio do prazer, rege o psiquismo humano. Esta compulsão é visível em diferentes cenários. Ao que parece, há um imperativo, uma imposição, que faz uma sociedade toda refém de sua própria história. Mas, assim como em toda situação, existe a liberdade de ignorar o conhecimento. Assim, voltamos ao problema inicial da canção de Belchior: o respeito pela história. Nos é consentido compreender nessa canção, por ter sido composta em plena ditadura militar no Brasil, a aspiração pela liberdade; liberdade de ser, de pensar, liberdade para abraçar seu irmão e beijar sua menina, na rua. É claro que, uma vez o Brasil um país democrático, somos todos livres. No entanto, este fato não desconsidera que nem sempre, temos a liberdade para abraçar um irmão ou

beijar nossa menina, na rua. Por quê? Não saberia explicar, mas legitimando diferentes formas de violências, o discurso de ódio tem crescido em nosso país – e no mundo. O discurso de ódio caracteriza-se por incitar discriminação, hostilidade e violência a uma pessoa ou grupo em referência a sua raça, orientação sexual, gênero, religião, e etc. Em outras palavras, incita ódio ao diferente. No que se refere a uma sociedade cada vez mais individualista, a psicanalista Sandra Edler reconhece que, o ódio ao diferente é uma possibilidade, visto que “o outro incomoda em sua diferença, chegando mesmo a incomodar só por existir”. Se forcarmos a memória, recordaremos de uma época em que o Brasil escravizou o “diferente” – índios e negros. E olhando por esse viés, podemos perceber que o ódio ao diferente dos anos 2000 em nada difere do ódio que outrora nos levou a tamanhas crueldades. Sim, podemos

PENSO ASSIM

ignorar o conhecimento e seguir “apagando as pegadas”, como retrata Bertold Brecht, afinal, assim nos foi ensinado. Mas qual o custo da ignorância? Por outro lado, o mesmo Freud que garantiu uma coerção a repetir, sem possibilidade de escolha, nos libertou em “Recordar, Repetir e Elaborar” – texto de 1914. O mestre mostrou que enquanto não se recorda do passado custoso, a tendência é atuar, repetindo, portanto, sem saber o que se repete. Ou seja: o repetir é um modo inconsciente de lembrar. Logo, ao recordar – ou compreender o sentido das atuações – torna-se possível elaborar o conteúdo recalcado.

Reconciliar-se com o passado, seja ele motivo de orgulho ou não, é, portanto, o mesmo que “fazer as pazes com o recalcado” de Freud. Embora não queiramos, no fundo sabemos que ele “sempre esteve ali” interferindo e direcionando nossos atos presentes. E, percebendo o impacto da história em nosso Brasil atual, podemos, talvez, cessar a atuação. Mas, talvez, como Freud já constataria, se repetimos o que custamos a lembrar, é porque a lembrança exige de nós uma resistência. E conhecermos a história, ou melhor, entrar em contato com ela, pode ser a chave para ultrapassar esse adversário. No entanto, o que vemos é uma constante luta contra o passado.

E essa luta, paradoxal luta contra o passado, só nos mostra que, de fato, Belchior estava correto: amamos o passado! E não vemos que “o novo sempre vem” porque estamos diariamente revivendo o passado. E sim, a ignorância é uma opção, mas o fato de não saber não nos absolve das consequências. A tragédia de Édipo deixa isso claro; embora Édipo não soubesse que assassinara seu pai e dormira com sua mãe, ele não se sentiu nem um pouco inocente ao descobrir. Ou seja, somos também responsáveis pelo que não sabemos. Talvez, continuar apagando as pegadas tenha um custo elevado.



Shutterstock

EIXO TEMÁTICO: BRASIL & HISTORICIDADE

Mais informações pelo nosso site <http://institutopsicologiaemfoco.com.br>



ACESSE AQUI!

ESCREVA
PARA O
INSTITUTO
PSICOLOGIA
EM FOCO!



Instituto Psicologia em Foco

IPFOFICINADOSABER@GMAIL.COM